



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e gestão Fiscal - SIGEF (*Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido*), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativas ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade Orçamentária 140012 - FUNDAT.

Porto Velho 01 de março de 2023.

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES

CONTADOR FUNDAT

CRC RO-006297/O-0

CONTEXTO GERAL

O Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT, Unidade Gestora 14012, inscrita sob o CNPJ 23.929.840/0001-39, integra o Poder Executivo na esfera Estadual, domiciliada à rua Farquar nº 2986, Ed. Pacaás Novos – 5º andar – Palácio Rio Madeira, Bairro Pedrinhas em Porto Velho - RO.

A missão da instituição é modernizar a gestão pública, conforme Lei nº. 855, de 26 de dezembro de 2015 publicado no DOE nº 2849 de 23.12.2015 alterada pelas Leis Complementar nº: 1035, de 18.09.19 - DOE nº 175.1 – suplemento, de 18.09.21, e 1092, de 13.07.21 - DOE nº 140.1 - suplemento, de 13.07.21 e decreto nº. 20.465, de 26 de janeiro de 2016, publicado no DOE nº16, de 26.01.2016. As atividades desenvolvidas por esta Unidade Gestora estão amparadas pela Lei Orçamentária Anual nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, agrupada nas ações 1487 – (ADQUIRIR BENS MÓVEIS), 1488 – (ADQUIRIR BENS IMÓVEIS), 1489 – (OBRAS E REFORMAS NAS INSTALAÇÕES DA SEFIN) e 2488 – (ASSEGURAR CONTRATAÇÕES ESTRATÉGICAS).

Os recursos do FUNDAT serão aplicados em investimentos que possibilitem o desenvolvimento de ações e implantação dos projetos constantes nos objetivos e metas do Planejamento Estratégico da SEFIN, observando o objeto do Fundo no que consiste, dentre outros, no fortalecimento da capacidade normativa, gerencial e operacional de suas unidades administrativas.

O FUNDAT é composto por um Conselho Administrativo que subdividido na seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Secretaria Executiva, composta pelos seguintes membros:

- Secretário-Executivo, conforme artigo 3º, inciso
- Membros da Unidade de Coordenação de Projetos - UCP;
- Assessoria de Planejamento do Gabinete do Secretário de Estado de Finanças;
- Gerente de Administração e Finanças;
- Assessor da Gerência de Administração e Finanças responsável pelo Grupo de Compras e Execução Contratual;
- Assessor da Gerência de Administração e Finanças responsável pelo Grupo de Execução Orçamentária e Financeira;
- Contador da Secretaria de Estado de Finanças.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Lei complementar nº 101/2000 (LRF), NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas do Setor Público 11 - NBC TSP 11. A estrutura das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), conforme MCASP 9ª Edição, em função da atualização dos anexos da Lei, somente os demonstrativos enumerados serão exigidos para fins de apresentação das demonstrações contábeis.

Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros e demonstrativos”. Tais demonstrativos são complementados pelas Notas Explicativas. Assim, compõem as demonstrações contábeis:

- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

RESUMO DA PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: A moeda funcional no Brasil é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

DISPONIBILIDADES: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

IMOBILIZADO: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão, em 2017, o controle patrimonial foi de centralização dos bens da administração direta na Diretoria de Patrimônio – DIPAT, vinculada à Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER.

RESTOS A PAGAR: Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 7ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

RESULTADO PATRIMONIAL: a apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

De acordo com a STN “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “entre público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõe o ente.

RESULTADO FINANCEIRO: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários extras orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado pelo Balanço Patrimonial. É possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizadas para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS – FUNDAT 14012

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

Conforme o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público (9ª Ed.), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, apresentando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Quando relevante, o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias deve ser apresentado em notas explicativas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.046.923,00	17.046.923,00	21.315.951,23	4.269.028,23
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	84.405,00	84.405,00	643.360,65	558.955,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	24.650,00	24.650,00	2.761.650,56	2.737.000,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.937.868,00	16.937.868,00	17.910.940,02	973.072,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.046.923,00	17.046.923,00	21.315.951,23	4.269.028,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.046.923,00	17.046.923,00	21.315.951,23	4.269.028,23
DEFICIT (VI)	-	-	14.649.130,88	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.046.923,00	17.046.923,00	35.965.082,11	4.269.028,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	19.308.324,54	16.976.069,58	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	19.308.324,54	16.976.069,58	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.492.870,00	14.098.127,27	9.820.391,13	5.855.685,56	5.855.685,56	4.277.736,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.492.870,00	14.098.127,27	9.820.391,13	5.855.685,56	5.855.685,56	4.277.736,14
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	13.497.829,00	28.200.896,27	26.144.690,98	18.112.589,84	17.299.219,84	2.056.205,29
INVESTIMENTOS	11.997.829,00	27.623.837,36	25.640.975,31	17.608.874,17	16.795.504,17	1.982.862,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.500.000,00	577.058,91	503.715,67	503.715,67	503.715,67	73.343,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	22.990.699,00	42.299.023,54	35.965.082,11	23.968.275,40	23.154.905,40	6.333.941,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	22.990.699,00	42.299.023,54	35.965.082,11	23.968.275,40	23.154.905,40	6.333.941,43
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	22.990.699,00	42.299.023,54	35.965.082,11	23.968.275,40	23.154.905,40	6.333.941,43
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	784.817,83	520.750,14	520.750,14	264.067,69	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	784.817,83	520.750,14	520.750,14	264.067,69	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.633,30	3.633,30	3.633,30	-	-
INVESTIMENTOS	-	3.633,30	3.633,30	3.633,30	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	788.451,13	524.383,44	524.383,44	264.067,69	-

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	231.309,71	231.309,71	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	231.309,71	231.309,71	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	231.309,71	231.309,71	-	-

ORÇAMENTO: A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Lei nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, dispõe: “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2022”.

A LOA estabeleceu inicialmente no orçamento do FUNDAT receitas no montante de R\$ 22.990.699,00 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil seiscentos e noventa e nove reais), a dotação atualizada do exercício, representou o montante de R\$ 42.299.023,54 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Dessa forma, observa-se que houve um aumento de 83,98% em relação à Dotação Inicial.

Salientamos que, após alterações da lei Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015 por meio da Lei Complementar nº 1.092, de julho de 2021 as multas arrecadadas em decorrência de ação fiscal que eram de 10 %, passaram a ser de 50% de arrecadação.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao B.O. referente ao exercício de 2022, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

UN.GES	NATUREZA	FONTE	Dotacao_Inicial	Dot_Atualizada	Descentralização Recebida	Descentralização Concedida	Desp_Empenh_ate_o_Mes	Desp_Liq_Ate_o_Mes	Desp_Paga_Ate_o_Mes	Empenhos_a_Liquidar	Empenho_Liquidado_a_Pagar
--------	----------	-------	-----------------	----------------	---------------------------	----------------------------	-----------------------	--------------------	---------------------	---------------------	---------------------------

140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0100000000	1.287.047,00	3.393.118,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0100100000	0,00	0,00	0,00	0,00	3.393.118,20	1.100.765,00	287.395,00	2.292.353,20	813.370,00
140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0104000000	4.380.953,00	4.380.953,00	0,00	0,00	4.367.481,54	4.170.031,69	4.170.031,69	197.449,85	0,00
140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0300000000	0,00	230.339,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0300100000	0,00	0,00	0,00	159.770,60	159.770,60	0,00	0,00	159.770,60	0,00
140012	449052 Equipamentos e Material Permanente	0304000000	0,00	5.650.757,63	0,00	-4.960.640,00	5.527.360,00	5.524.000,00	5.524.000,00	3.360,00	0,00
140012	459161 Aquisição de Imóveis	0104000000	1.500.000,00	577.058,91	0,00	0,00	503.715,67	503.715,67	503.715,67	0,00	0,00
140012	449039 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	0100000000	0,00	240.442,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449039 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	0104000000	950.000,00	1.128.552,03	0,00	0,00	1.128.552,03	66.080,00	66.080,00	1.062.472,03	0,00
140012	449039 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	0300000000	0,00	838.341,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449051 Obras e Instalações	0100000000	0,00	1.132.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449051 Obras e Instalações	0100100000	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.400,00	0,00	0,00	1.132.400,00	0,00
140012	449051 Obras e Instalações	0104000000	200.000,00	944.389,06	0,00	-41.000,00	903.389,06	356.323,19	356.323,19	547.065,87	0,00
140012	449051 Obras e Instalações	0304000000	0,00	3.019.628,98	0,00	1.044.902,48	3.019.628,98	669.279,39	669.279,39	2.350.349,59	0,00
140012	339014 Diárias - Civil	0104000000	0,00	200.000,00	0,00	-187.580,00	12.420,00	12.420,00	12.420,00	0,00	0,00
140012	339030 Material de Consumo	0104000000	0,00	153.000,00	0,00	2.400,00	134.877,50	132.477,50	132.477,50	2.400,00	0,00
140012	339030 Material de Consumo	0300000000	0,00	220.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	339030 Material de Consumo	0300100000	0,00	0,00	0,00	220.350,00	220.350,00	0,00	0,00	220.350,00	0,00
140012	339031 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0304000000	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00
140012	339035 Servido de Consultoria	0100000000	672.870,00	672.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	339035 Servido de Consultoria	0104000000	2.447.130,00	2.447.130,00	0,00	0,00	980.000,00	583.326,00	583.326,00	396.674,00	0,00
140012	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	0104000000	0,00	1.658.614,00	0,00	0,00	1.617.711,54	945.478,19	945.478,19	672.233,35	0,00

140012	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa	Jurídica	0300000000	0,00	1.384.907,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa	Jurídica	0300100000	0,00	0,00	0,00	0,00	84.960,00	0,00	0,00	84.960,00	0,00
140012	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	Jurídica	0104000000	6.372.870,00	4.361.256,00	0,00	-0,36	3.770.072,09	1.181.983,87	1.181.983,87	2.588.088,22	0,00
140012	449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	Jurídica	0100000000	3.983.859,00	504.945,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	Jurídica	0104000000	1.195.970,00	1.195.970,00	0,00	0,00	1.045.274,90	758.394,90	758.394,90	286.880,00	0,00
140012	449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	Jurídica	0300000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140012	449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	Jurídica	0304000000	0,00	4.964.000,00	0,00	4.964.000,00	4.964.000,00	4.964.000,00	4.964.000,00	0,00	0,00
TOTAL				22.990.699,00	42.299.023,54	0,00	1.202.202,72	35.965.082,11	23.968.275,40	23.154.905,40	11.996.806,71	813.370,00

NOTA 01. RECEITAS: Em 2022 a Dotação Inicial foi de R\$ 22.990.699,00 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil seiscentos e noventa e nove reais), sendo sua Dotação Atualizada para o montante de R\$ 42.299.023,54 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Durante o exercício financeiro o FUNDAT, obteve com Receitas Orçamentárias os seguintes resultados: Receitas Correntes Tributárias o montante de R\$ 643.360,65 (seiscentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), relativas a taxas; Receitas Correntes Patrimoniais no valor de R\$ 2.761.650,56 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis centavos), referente a remuneração de depósitos bancários e R\$ 17.910.940,02 (dezesete milhões, novecentos e dez mil novecentos e quarenta reais e dois centavos), referente a multas e outras receitas arrecadadas.

NOTA 02. DESPESAS: No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. O grupo de Outras Despesas Correntes refere-se à categoria Despesas Correntes; enquanto o grupo de Investimentos, refere-se à categoria Despesas de Capital. Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, foram executadas findo o exercício 85,03%.

GRUPO DESPESA	2022		2021		AV (DOT) %	AV-2022 (EMP)/ (DOT)%
	Dotação atualizada	Despesa Empenhadas	Dotação atualizada	Despesa Empenhadas		
Outras Despesas Correntes	14.098.127,27	9.820.391,13	5.271.092,57	2.182.107,84	33,33	69,66
Subtotal Despesas Correntes	14.098.127,27	9.820.391,13	5.271.092,57	2.182.107,84	33,33	69,66
Investimentos	27.623.837,36	25.640.975,31	7.556.295,04	1.403.884,57	65,31	92,82
Inversões Financeiras	577.058,91	503.715,67	5.420.791,98	3.306.499,96	1,36	87,29
Subtotal Despesas de Capital	28.200.896,27	26.144.690,98	12.977.087,02	4.710.384,53	66,67	92,71
TOTAL	42.299.023,54	35.965.082,11	18.248.179,59	6.892.492,37	100%	85,03
GRUPO DESPESA	2021		2020		AV (DOT) %	AV-2021 (EMP)/ (DOT)%
	Dotação atualizada	Despesa Empenhadas	Dotação atualizada	Despesa Empenhadas		

Outras Despesas Correntes	5.271.092,57	2.901.952,89	5.408.546,04	2.901.952,89	28,89	55,05
Subtotal Despesas Correntes	5.271.092,57	2.182.107,84	5.408.546,04	2.901.952,89	28,89	41,40
Investimentos	7.556.295,04	1.403.884,57	4.979.301,08	3.618.764,34	41,41	18,58
Inversões Financeiras	5.420.791,98	3.306.499,96	0,00	0,00	29,71	61,00
Subtotal Despesas de Capital	12.977.087,02	4.710.384,53	4.979.301,08	3.618.764,34	71,11	36,30
TOTAL	18.248.179,59	6.892.492,37	10.387.847,12	6.520.717,23	100%	37,77

NOTA 03. EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS : Em relação aos Restos a Pagar não Processados observa-se no quadro abaixo que foram extintos os RPNP Em Exercícios Anteriores. Foram escritos em 31 de dezembro do exercício anterior um montante de R\$ 788.451,13 (setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e um reais e treze centavos), desse total foram pagos R\$ 524.383,44 (quinhentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
3- Outras Despesas Correntes	0,00	784.817,83	520.750,14	264.067,69	0,00
4- Investimentos	0,00	3.633,30	3.633,30	0,00	0,00
Total	0,00	788.451,13	524.383,44	264.067,69	0,00

Observa-se que foram cancelados R\$ 264.067,69 (duzentos e sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), referente aos empenhos 2021NE000012, 2021NE000015, 2021NE000020 e 2021NE000054, para cumprimento ao Art. 7º do Decreto nº 26.432, de 17 de setembro de 2021 que dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro de 2021.

NOTA 04. EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Restos a Pagar Processados inscritos no exercício 2022 foram executados.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2021			
3- Outras Despesas Correntes	0,00	231.309,71	231.309,71	0,00	0,00
4- Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	231.309,71	231.309,71	0,00	0,00



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 10/03/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036161718** e o código CRC **DFFA8BFC**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

BALANÇO FINANCEIRO - UG - 140012

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Ressalta-se que tal demonstrativo não está contemplado na NBC TSP, sendo exigido e elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BF.

INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Orçamentárias	21.315.951,23	18.170.372,75	3.803.815,09	4.040.800,56
Transferências financeiras recebidas	5.122.241,99	5.639.521,98	2.572.096,67	44,53
Recebimentos Extra orçamentários	14.019.640,73	1.260.278,31	5.704.537,73	2.356.003,41
Saldo do Exercício Anterior - Caixa e Equivalente de Caixa	20.329.510,68	5.510.037,73	5.014.609,02	5.210.740,98
Total	60.787.344,63	30.580.210,77	17.095.058,51	11.607.589,48

NOTA 01. INGRESSOS: O balanço financeiro apresentou saldo ao final do Exercício de R\$ 60.787.344,63 (sessenta milhões, setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), sendo que o maior ingresso se deu nas Receitas Orçamentárias, com 35% dos Ingressos Financeiros, sendo que o montante de R\$ 12.810.176,71 (doze milhões, oitocentos e dez mil cento e setenta e seis reais e setenta e um centavos), é referente a Inscrição de RPP e RPNP do exercício.

DISPÊNDIOS	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Despesas Orçamentárias	35.965.082,11	6.892.492,37	6.520.717,23	2.890.060,65	81%
Transferências financeiras Concedidas	8.059,41	98.365,95	76.988,04	1.875.598,30	-80%

Pagamentos Extraorçamentários	1.501.547,51	3.259.841,77	4.987.315,51	1.827.321,51	-83%
Saldo para o Exercício Seguinte - Caixa e Equivalente de Caixa	23.312.655,60	20.329.510,68	5.510.037,73	5.014.609,02	13%
Total	60.787.344,63	30.580.210,77	17.095.058,51	11.607.589,48	50%

NOTA 02. DISPÊNDIOS: O Balanço Financeiro apresentou saldo ao final do Exercício de R\$ 60.787.344,63 (sessenta milhões, setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), sendo que as Despesas Orçamentárias apresentaram um aumento de 81% em relação ao exercício de 2021. As Transferências Financeiras concedidas no período teve uma redução de 80% em relação ao ano anterior. Os pagamentos Extra Orçamentários representam redução 83% dos dispêndios.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 10/03/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036190913** e o código CRC **9F4DFB39**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

BALANÇO PATRIMONIAL – BP - UG: 14012

O Balanço Patrimonial (BP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

ESTADO DE RONDÔNIA

**BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	R\$	
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.312.655,60	20.329.510,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	23.312.655,60	20.329.510,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	21.959.148,22	18.880.656,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	1.353.507,38	1.448.854,63
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
ESTOQUES	-	11.000,00

ALMOXARIFADO	-	11.000,00
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	-	11.000,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	23.312.655,60	20.340.510,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	-	-
BENS MOVEIS	-	-
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	-	-
BENS IMÓVEIS	-	-
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	-	-
INTANGÍVEL	-	-
SOFTWARES	-	-
SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	23.312.655,60	20.340.510,68

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão
Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	813.370,00	231.309,71
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	813.370,00	231.309,71
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	813.370,00	231.309,71
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	1.425,30
VALORES RESTITUÍVEIS	-	1.425,30
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-	1.425,30
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	-	-
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	813.370,00	232.735,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	22.499.285,60	20.107.775,67
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	22.499.285,60	20.107.775,67
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	35.301.422,16	29.706.702,15
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	(12.802.136,56)	(9.598.926,48)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.499.285,60	20.107.775,67
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.312.655,60	20.340.510,68

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão
Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	23.312.655,60	20.329.510,68
Ativo Permanente	-	11.000,00
Total Ativo (I)	23.312.655,60	20.340.510,68

PASSIVO

Passivo Financeiro	12.810.176,71	1.021.186,14
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	12.810.176,71	1.021.186,14
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	10.502.478,89	19.319.324,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	23.312.655,60	20.329.510,68
Ativo Permanente	-	11.000,00
Total Ativo (I)	23.312.655,60	20.340.510,68

PASSIVO

Passivo Financeiro	12.810.176,71	1.021.186,14
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	12.810.176,71	1.021.186,14
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	10.502.478,89	19.319.324,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potencias Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSO		31/12/2022	31/12/2021
00	Recursos Ordinários	3.289.549,08	2.673.937,93
04	Recursos Destinados ao FUNDAT	7.212.829,21	16.634.386,61
14	Recursos de Alienação de Bens	100,60	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		10.502.478,89	19.308.324,54

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BP.

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	AV	AH
Ativo Circulante	23.312.655,60	20.340.510,68	5.510.057,43	5.014.609,02	100%	13%
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.312.655,60	20.329.510,68	5.510.037,73	5.014.609,02	100%	13%
Demais Créditos de Curto Prazo	0,00	0,00	19,70	0,00	-	-
Estoques	0,00	11000,00	0,00	0,00	-	-
Ativo Não Circulante	0,00	0,00	1.106.499,97	0,00	-	-
Imobilizado	0,00	0,00	1.106.499,97	0,00	-	-
TOTAL	23.312.655,60	20.340.510,68	6.616.557,40	5.014.609,02	100	13%

NOTA 01. ATIVO : O Ativo Circulante apresentou ao final do exercício de 2022, 100% do Ativo Total e 13% de aumento em relação ao exercício de 2021, resultado do aumento para 50% arrecadação fiscal na conta caixa, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.092, de julho de 2021.

NOTA 02. ESTOQUES: Ao final do exercício apresentou saldo de R\$ 0,00 (zero real), de materiais de consumo.

NOTA 03. IMOBILIZADO: O Grupo Imobilizado apresentou ao final do exercício um saldo de R\$ 0,00 (zero real). Todos os Bens Imóveis do Imobilizado que compõem o ativo não circulante foram transferidos para a Unidade Gestora 14001 – Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia em cumprimento do Art. 6º da Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015, processo SEI n. 0030.034220/2019-06, através das notas de lançamentos inseridas no IDs (0029510363, 0029634974, 0029634995, 0036366886, 0036367235, 0036367429, 0036367572, 0036367802 e 0036368274) via Sistema SIGEF.

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	813.370,00	232.735,01	44.302,06	4331,00

Fornecedores e Contas a pagar curto prazo	813.370,00	231.309,71	42.876,76	4.331,00
Demais obrigações de Curto Prazo	0,00	1.425,30	1.425,30	0,00
Passivo Não Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$ 813.370,00	R\$ 232.735,01	R\$ 44.302,06	R\$ 4.331,00

NOTA 04. PASSIVO: O Passivo Total apresenta o montante de R\$ 813.370,00 (oitocentos e treze mil trezentos e setenta reais), sendo este montante, referente a Inscrição de Restos a Pagar Processados.

PATRIMONIO LIQUIDO	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiant. P/ Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	--	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-	-
RESULTADO ACUMULADOS				
Resultado do exercício	1.926.474,97	13.534.095,03	1.563.402,62	-4.604.291,56
Resultado de exercícios anteriores	20.107.775,67	6.573.680,64	5.010.278,02	9.614.569,58
Ajustes de exercícios anteriores	465.034,96	0,00	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	22.499.285,60	20.107.775,67	6.573.680,64	5.010.278,02
Total do Passivo e PL	23.312.655,60	20.340.510,68	6.617.982,70	5.014.609,02

NOTA 05. PATRIMONIO LIQUIDO: Conforme evidencia o quadro acima, o patrimônio líquido e passivo total apresentou ao final do exercício o valor de R\$ 23.312.655,60 (vinte e três milhões, trezentos e doze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) e em relação ao exercício de 2021 um aumento de 13% no Patrimônio líquido.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 13/03/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036215123** e o código CRC **E986C4AC**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0030.000249/2023-62

SEI nº 0036215123



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP - UG:140012

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes a DVP.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	643.360,65	805.396,61
TAXAS	643.360,65	805.396,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.761.650,56	312.161,16
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.761.650,56	312.161,16
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	5.122.241,99	5.639.521,98
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.122.241,99	5.639.521,98
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.910.940,02	17.052.814,98
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.910.940,02	17.052.814,98
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	26.438.193,22	23.809.894,73

ESPECIFICAÇÃO

**Janeiro a Dezembro /
2021**

**Janeiro a Dezembro /
2022**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.587.339,70	2.338.654,30
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	270.884,00	121.440,03
SERVIÇOS	3.316.455,70	2.217.214,27
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	17.924.378,55	7.937.145,40
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.924.378,55	7.937.145,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.000.000,00	-
PREMIAÇÕES	3.000.000,00	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	24.511.718,25	10.275.799,70

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) -

(II)	1.926.474,97	13.534.095,03
-------------	---------------------	----------------------

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 06/03/2023 às 08:21 por Marcelo Fabricio De Souza Alves

DEMONSTRAÇÕES VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	31/12/2022	31/12/2021	2018	2019	AH%
Demonstrações Patrimoniais Aumentativas	26.438.193,22	23.809.894,73	6.375.911,76	5.638.105,09	10%
Demonstrações Patrimoniais Diminutivas	24.511.718,25	10.275.799,70	4.812.509,14	10.242.392,65	59%
Resultado Patrimonial do Período	1.926.474,97	13.534.095,03	1.563.402,62	-4.604.287,56	86%

NOTA 01. RESULTADO PATRIMONIAL: Durante o exercício de 2022, o FUNDAT apresentou Resultado Patrimonial de R\$ 1.926.474,97 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos) , em comparação ao exercício anterior houve um redução de 86%, sendo que houve transferência de bens em atendimento a Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015.

NOTA 02. VPA: As variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram um total de R\$26.438.193,22 (vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos), um aumento de 10% em relação ao exercício de 2021.

NOTA 03. VPD: As variações Patrimoniais Diminutivas do FUNDAT apresentaram durante o exercício de 2022 um saldo de R\$ 24.511.718,25 (vinte e quatro milhões, quinhentos e onze mil setecentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos) , aumento de 10% em relação ao ano anterior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 13/03/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036284365** e o código CRC **59F637C5**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0030.000249/2023-62

SEI nº 0036284365



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. As informações dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

ESTADO DE RONDÔNIA

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2022**

Janeiro a Dezembro 2022 Janeiro a Dezembro 2021

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES
OPERACIONAIS**

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Ingressos	26.438.193,22	23.809.894,73
Receita Tributária	643.360,65	805.396,61
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.761.650,56	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades		312.161,16
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.910.940,02	17.052.814,98

Transferências recebidas	5.122.241,99	5.639.521,98
Outros ingressos operacionais		
Desembolsos	5.538.729,16	8.990.421,78
Pessoal e demais despesas	5.538.729,16	1.053.276,38
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	-	7.937.145,40
Outros desembolsos operacionais		-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	20.899.464,06	14.819.472,95

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ingressos	-	-
Alienação de bens		-
Amortização de empréstimos e financiamentos		-
Outros ingressos de investimentos		-
Desembolsos	17.916.319,14	-
Aquisição de ativo não circulante	12.327.748,24	-
Concessão de empréstimos e financiamentos		-
Outros desembolsos de investimentos	5.588.570,90	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(17.916.319,14)	-

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Ingressos		-
Operações crédito		-
Integralização do capital social de empresas dependentes		-

Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos		-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.983.144,92	14.819.472,95
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	20.329.510,68	5.510.037,73
Caixa e Equivalente de Caixa Final	23.312.655,60	20.329.510,68

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS

Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	5.122.241,99	5.639.521,98
Outras transferências recebidas	-	5.639.521,98
Total das Transferências Recebidas	5.122.241,99	5.639.521,98

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	17.916.319,14	7.937.145,40

Outras transferências concedidas	-	17.916.319,14	7.937.145,40
----------------------------------	---	---------------	--------------

Total das Transferências Concedidas		17.916.319,14	7.937.145,40
--	--	----------------------	---------------------

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	5.538.729,16	1.053.276,38
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	5.538.729,16	1.053.276,38

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-

Total dos Juros e Encargos da Dívida -

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 01. DFC: Demonstração de fluxo de caixa extraído do SIGEF não atualizou os saldos dos ingressos e dispêndios encontrados no balancete contábil 2022, assim como nas movimentações financeiras durante o exercício, sendo necessário a elaboração correta do DFC já atualizado apresentado acima. Tais modificações não alteram o saldo e caixa e equivalente de caixa final do exercício de 2022.

NOTA 02. GERAÇÃO DE CAIXA: O Resultado final de caixa de equivalente foi de R\$ 2.983.144,92 (dois milhões, novecentos e oitenta e três mil cento e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) , ou seja, 80% menor em relação ao exercício de 2021.

NOTA 03. DESTINAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: O embasamento legal para a continuação e manutenção dos saldos da fonte “00” do FUNDAT, tem em vista o que preconiza a Lei 5.403, de 18 de julho de 2002 , Art. 7º § 6º, que determina que do percentual de 74,95% (setenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) da fonte de recursos do tesouro, destinados ao Poder Executivo do estado de Rondônia, 0,09% (nove centésimos por cento) será destinado exclusivamente à promoção da modernização e ao aperfeiçoamento do serviço da Administração Fazendária – FUNDAT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 14/03/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036402684** e o código CRC **62A565F6**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0030.000249/2023-62

SEI nº 0036402684



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. Este demonstrativo contábil (DMPL) evidenciará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64

Exercício de 2022

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							20.107.775,67		20.107.775,67
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	465.034,96	-	465.034,96
Aumento de capital				-	-	-	-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	1.926.474,97	-	1.926.474,97
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	

Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)

Saldos Finais

22.499.285,60

22.499.285,60

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 09/03/2023 às 13:34 por Marcelo Fabricio De Souza Alves

Página: 1 de 1



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 13/03/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 15/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036433780** e o código CRC **461192AC**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0030.000249/2023-62

SEI nº 0036433780

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BALANÇO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e gestão Fiscal - SIGEF (*Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido*), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativas ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade Orçamentária 140012 - FUNDAT.

Porto Velho 01 de março de 2023.

MARCELO FABRÍCIO DE SOUZA ALVES

CONTADOR FUNDAT

CRC RO-006297/O-0

CONTEXTO GERAL

O Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT, Unidade Gestora 14012, inscrita sob o CNPJ 23.929.840/0001-39, integra o Poder Executivo na esfera Estadual, domiciliada à rua Farquar nº 2986, Ed. Pacaás Novos – 5º andar – Palácio Rio Madeira, Bairro Pedrinhas em Porto Velho - RO.

A missão da instituição é modernizar a gestão pública, conforme Lei nº. 855, de 26 de dezembro de 2015 publicado no DOE nº 2849 de 23.12.2015 alterada pelas Leis Complementar nº: 1035, de 18.09.19 - DOE nº 175.1 – suplemento, de 18.09.21, e 1092, de 13.07.21 - DOE nº 140.1 - suplemento, de 13.07.21 e decreto nº. 20.465, de 26 de janeiro de 2016, publicado no DOE nº16, de 26.01.2016. As atividades desenvolvidas por esta Unidade Gestora estão amparadas pela Lei Orçamentária Anual nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, agrupada nas ações 1487 – (ADQUIRIR BENS MÓVEIS), 1488 - (ADQUIRIR BENS IMÓVEIS), 1489 - (OBRAS E REFORMAS NAS INSTALAÇÕES DA SEFIN) e 2488 - (ASSEGURAR CONTRATAÇÕES ESTRATÉGICAS).

Os recursos do FUNDAT serão aplicados em investimentos que possibilitem o desenvolvimento de ações e implantação dos projetos constantes nos objetivos e metas do Planejamento Estratégico da SEFIN, observando o objeto do Fundo no que consiste, dentre outros, no fortalecimento da capacidade normativa, gerencial e operacional de suas unidades administrativas.

O FUNDAT é composto por um Conselho Administrativo que subdividido na seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Secretaria Executiva, composta pelos seguintes membros:

- a) *Secretário-Executivo, conforme artigo 3º, inciso*
- b) *Membros da Unidade de Coordenação de Projetos - UCP;*
- c) *Assessoria de Planejamento do Gabinete do Secretário de Estado de Finanças;*
- d) *Gerente de Administração e Finanças;*
- e) *Assessor da Gerência de Administração e Finanças responsável pelo Grupo de Compras e Execução Contratual;*
- f) *Assessor da Gerência de Administração e Finanças responsável pelo Grupo de Execução Orçamentária e Financeira;*
- g) *Contador da Secretaria de Estado de Finanças.*

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Lei complementar nº 101/2000 (LRF), NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas do Setor Público 11 - NBC TSP 11. A estrutura das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), conforme MCASP 9ª Edição, em função da atualização dos anexos da Lei, somente os demonstrativos enumerados serão exigidos para fins de apresentação das demonstrações contábeis.

Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros e demonstrativos”. Tais demonstrativos são complementados pelas Notas Explicativas. Assim, compõem as demonstrações contábeis:

- a) *Balanço Orçamentário (BO);*
- b) *Balanço Financeiro (BF);*
- c) *Balanço Patrimonial (BP);*
- d) *Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);*
- e) *Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e*
- f) *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).*

RESUMO DA PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: *A moeda funcional no Brasil é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.*

DISPONIBILIDADES: *As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.*

IMOBILIZADO: *O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão, em 2017, o controle patrimonial foi de centralização dos bens da administração direta na Diretoria de Patrimônio – DIPAT, vinculada à Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER.*

RESTOS A PAGAR: *Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro*

de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 7ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

RESULTADO PATRIMONIAL: a apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

De acordo com a STN “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “entre público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõe o ente.

RESULTADO FINANCEIRO: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários extras orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado pelo Balanço Patrimonial. É possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizadas para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS – FUNDAT 14012

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

Conforme o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público (9ª Ed.), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, apresentando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Quando relevante, o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias deve ser apresentado em notas explicativas.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ORÇAMENTO: A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Lei nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, dispõe: “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2022”.

A LOA estabeleceu inicialmente no orçamento do FUNDAT receitas no montante de R\$ 22.990.699,00 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil seiscentos e noventa e nove reais), a dotação atualizada do exercício, representou o montante de R\$ 42.299.023,54 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Dessa forma, observa-se que houve um aumento de 83,98% em relação à Dotação Inicial.

Salientamos que, após alterações da lei Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015 por meio da Lei Complementar nº 1.092, de julho de 2021, as multas arrecadadas em decorrência de ação fiscal que eram de 10 %, passaram a ser de 50% de arrecadação.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao B.O. referente ao exercício de 2022, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

NOTA 01. RECEITAS: Em 2022 a Dotação Inicial foi de R\$ 22.990.699,00 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil seiscentos e noventa e nove reais), sendo sua Dotação Atualizada para o montante de R\$ 42.299.023,54 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Durante o exercício financeiro o FUNDAT, obteve com Receitas Orçamentárias os seguintes resultados: Receitas Correntes Tributárias o montante de R\$ 643.360,65 (seiscentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), relativas a taxas; Receitas Correntes Patrimoniais no valor de R\$ 2.761.650,56 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), referente a remuneração de depósitos bancários e R\$ 17.910.940,02 (dezessete milhões, novecentos e dez mil novecentos e quarenta reais e dois centavos) , referente a multas e outras receitas arrecadas.

NOTA 02. DESPESAS: No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. O grupo de Outras Despesas Correntes refere-se à categoria Despesas Correntes; enquanto o grupo de Investimentos, refere-se à categoria Despesas de Capital. Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, foram executadas findo o exercício 85,03%.

NOTA 03. EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS : Em relação aos Restos a Pagar não Processados observa-se no quadro abaixo que foram extintos os RPNP Em Exercícios Anteriores. Foram escritos em 31 de dezembro do exercício anterior um montante de R\$ 788.451,13 (setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e um reais e treze centavos), desse total foram pagos R\$ 524.383,44 (quinhentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Observa-se que foram cancelados R\$ 264.067,69 (duzentos e sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), referente aos empenhos 2021NE000012, 2021NE000015, 2021NE000020 e 2021NE000054, para cumprimento ao Art. 7º do Decreto nº 26.432, de 17 de setembro de 2021 que dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro de 2021.

NOTA 04. EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Restos a Pagar Processados inscritos no exercício 2022 foram executados.

BALANÇO FINANCEIRO – BF

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Ressalta-se que tal demonstrativo não está contemplado na NBC TSP, sendo exigido e elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BF.

NOTA 01. INGRESSOS: O balanço financeiro apresentou saldo ao final do Exercício de R\$ 60.787.344,63 (sessenta milhões, setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), sendo que o maior ingresso se deu nas Receitas Orçamentárias, com 35% dos Ingressos Financeiros, sendo que o montante de R\$ 12.810.176,71 (doze milhões, oitocentos e dez mil cento e setenta e seis reais e setenta e um centavos) , é referente a Inscrição de RPP e RPNP do exercício.

NOTA 02. DISPÊNDIOS: O Balanço Financeiro apresentou saldo ao final do Exercício de R\$ 60.787.344,63 (sessenta milhões, setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos) , sendo que as Despesas Orçamentárias apresentaram um aumento de 81% em relação ao exercício de 2021. As Transferências Financeiras concedidas no período teve uma redução de 80% em relação ao ano anterior. Os pagamentos Extra Orçamentários representam redução 83% dos dispêndios.

BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial (BP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BP.

NOTA 01. ATIVO : O Ativo Circulante apresentou ao final do exercício de 2022, 100% do Ativo Total e 13% de aumento em relação ao exercício de 2021, resultado do aumento para 50% arrecadação fiscal na conta caixa, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.092, de julho de 2021.

NOTA 02. ESTOQUES: Ao final do exercício apresentou saldo de R\$ 0,00 (zero real), de materiais de consumo.

NOTA 03. IMOBILIZADO: O Grupo Imobilizado apresentou ao final do exercício um saldo de R\$ 0,00 (zero real). Todos os Bens Imóveis do Imobilizado que compõem o ativo não circulante foram transferidos para a Unidade Gestora 14001 – Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia em cumprimento do Art. 6º da Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015, processo SEI n. 0030.034220/2019-06, através das notas de lançamentos inseridas no IDs (0029510363, 0029634974, 0029634995, 0036366886, 0036367235, 0036367429, 0036367572, 0036367802 e 0036368274) via Sistema SIGEF.

NOTA 04. PASSIVO : O Passivo Total apresenta o montante de R\$ 813.370,00 (oitocentos e treze mil trezentos e setenta reais) , sendo este montante, referente a Inscrição de Restos a Pagar Processados.

NOTA 05. PATRIMONIO LIQUIDO : Conforme evidencia o quadro acima, o patrimônio líquido e passivo total apresentou ao final do exercício o valor de R\$ 23.312.655,60 (vinte e três milhões, trezentos e doze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) e em relação ao exercício de 2021 um

aumento de 13% no Patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Apresentamos a seguir as notas explicativas referentes a DVP.

NOTA 01. RESULTADO PATRIMONIAL: Durante o exercício de 2022, o FUNDAT apresentou Resultado Patrimonial de R\$ 1.926.474,97 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos) , em comparação ao exercício anterior houve um redução de 86%, sendo que houve transferência de bens em atendimento a Lei Complementar nº 855, de 23 de dezembro de 2015.

NOTA 02. VPA: As variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram um total de R\$26.438.193,22 (vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos), um aumento de 10% em relação ao exercício de 2021.

NOTA 03. VPD: As variações Patrimoniais Diminutivas do FUNDAT apresentaram durante o exercício de 2022 um saldo de R\$ 24.511.718,25 (vinte e quatro milhões, quinhentos e onze mil setecentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos) , aumento de 10% em relação ao ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. As informações dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

NOTA 01. DFC: Demonstração de fluxo de caixa extraído do SIGEF não atualizou os saldos dos ingressos e dispêndios encontrados no balancete contábil 2022, assim como nas movimentações financeiras durante o exercício, sendo necessário a elaboração correta do DFC já atualizado apresentado acima. Tais modificações não alteram o saldo e caixa e equivalente de caixa final do exercício de 2022.

NOTA 02. GERAÇÃO DE CAIXA: O Resultado final de caixa de equivalente foi de R\$ 2.983.144,92 (dois milhões, novecentos e oitenta e três mil cento e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) , ou seja, 80% menor em relação ao exercício de 2021.

NOTA 03. DESTINAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: O embasamento legal para a continuação e manutenção dos saldos da fonte “00” do FUNDAT, tem em vista o que preconiza a Lei 5.403, de 18 de julho de 2002 , Art. 7º § 6º, que determina que do percentual de 74,95% (setenta e quatro

inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) da fonte de recursos do tesouro, destinados ao Poder Executivo do estado de Rondônia, 0,09% (nove centésimos por cento) será destinado exclusivamente à promoção da modernização e ao aperfeiçoamento do serviço da Administração Fazendária – FUNDAT.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. Este demonstrativo contábil (DMPL) evidenciará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fabricio de Souza Alves, Contador**, em 16/03/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário(a)**, em 16/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036618406** e o código CRC **4CE41987**.